

# Sarney sugere ampla reforma ao Planalto para superar impasse

2 MAR 1984

Brasília — O presidente do PDS, Senador José Sarney, sugeriu ontem que o Governo promova uma ampla reforma constitucional, com base em entendimentos com os Partidos de oposição, em vez de enviar ao Congresso uma emenda simplesmente propondo o restabelecimento das eleições diretas em 1988. Os entendimentos, acrescentou Sarney, deveriam começar "no dia seguinte ao da rejeição da emenda Dante de Oliveira (que propõe diretas para 1985)! A reforma constitucional pretendida pelo presidente do PDS seria, como ele próprio enfatizou, "o coroamento do processo de abertura política no campo institucional". Além do restabelecimento do pleito direto para Presidente da República, a reforma promoveria o "reordenamento jurídico da nação".

## IMPASSE

Antes da votação da Emenda de autoria do Deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT), em tramitação no Congresso, o presidente do PDS não vê possibilidade de entendimento com os partidos da Oposição. "O Governo não pode propor o impossível de ser aceito", afirmou, lembrando que a oposição não concordaria em dar apoio a uma emenda que marcasse as diretas para 1988.

O impasse sobre a questão do pleito direto não se restringe, porém, às discordâncias entre Governo e oposições. Mesmo no âmbito do PDS e do Palácio do Planalto não existe unanimidade sobre datas para encaminhamento de propostas alternativas, nem sobre a melhor época para restabelecer a eleição direta de Presidente da República.

O líder do PDS na Câmara, Deputado Nelson Marchezan, primeiro a defender a ideia de envio de uma proposta do Governo ao Congresso, quer seu encaminhamento imediato, com o adiamento da votação da emenda Dante de Oliveira para maio — como propõe a liderança do PT.

Esse adiamento permitirá, como deseja Marchezan, estabelecer entendimentos com o grupo Pró-Diretas do PDS e setores moderados da Oposição. Em meio às negociações, poderia ressurgir a tese do mandato-tampão, com diretas em 1986. E isso, naturalmente, agradaria aos partidários do Governador Tancredo Neves. Em 1986, o Governador mineiro seria um forte candidato à Presidência; hoje teria que se desincompatibilizar, correndo

o risco de perder o Governo de Minas e não se eleger.

Para Marchezan, há perspectivas de entendimento, na medida em que existe no PMDB um movimento contrário à candidatura do Deputado Ulysses Guimarães. O Deputado Walber Guimarães (PMDB-PR), em nome do grupo moderado, diz, com todas as letras: "Nós queremos Tancredo candidato a Presidente". Tancredo Neves, entretanto, exige a garantia de que o sucessor de Figueiredo será eleito para um mandato-tampão, tese que tem como simpatizante, também, o Chefe do Gabinete Civil, Ministro Leitão de Abreu.

## DISPUTA

Nos últimos dias, novos interesses surgiram na discussão sobre a emenda alternativa do Governo. O Senador Carlos Chiarelli (PDS-RS), da corrente do Governador Jair Soares, tenta conter a influência do líder Nelson Marchezan, defendendo fórmulas alternativas em nome do grupo liderado pelo presidenciável Mário Andreazza.

Chiarelli acredita que se o Governo não assumir com a nação o compromisso formal de restabelecer as diretas em 1988, mediante pronunciamento do Presidente Figueiredo em cadeia de rádio e TV, a emenda Dante de Oliveira tem chances de ser aprovada.

A decisão do Governo, porém, só virá depois do carnaval. O Senador Carlos Chiarelli revelou que as dúvidas residem na interpretação do regimento do Congresso. Preocupado com isso, Chiarelli procurou ontem o Ministro da Previdência, Jarbas Passarinho, que já presidiu o Senado e, por isso, conhece a fundo o regimento das duas Casas legislativas. Apesar dos conselhos, as dúvidas continuaram.

Chiarelli afirmou que o Palácio do Planalto teme que uma emenda enviada ao Congresso seja, obrigatoriamente, anexada à proposta do Deputado Dante de Oliveira. Com isso, o PDS só conseguiria votar a emenda do Governo com a aprovação, em plenário, de um pedido de destaque. Em caso contrário, primeiro seria apreciada a proposta do parlamentar opositor. E, nesse ponto, o Governo teme que uma pressão das galerias ou uma manobra regimental asabe por aprovar as diretas "já", com o PDS garantindo quorum.

## Governo vai respeitar decisão do Parlamento

Brasília — O Chefe do Gabinete Civil, Ministro Leitão de Abreu, garantiu ontem que o Governo, "dentro da Constituição", acatará qualquer decisão do Poder Legislativo sobre a emenda Dante de Oliveira, que propõe o restabelecimento de eleições diretas para Presidente.

O Ministro Leitão de Abreu disse esperar que até o final do governo Figueiredo a questão das eleições diretas esteja resolvida. Por enquanto, afirmou ele, a posição do Governo continua sendo a de que a próxima sucessão deve ser pelo processo indireto.

## AVALIAÇÃO

Leitão de Abreu confirmou que o Governo avalia as possibilidades de enviar uma emenda ao Congresso, propondo as diretas para 1988, mas negou que as avaliações estejam sen-

do feitas com base em proposta encaminhada pelo Senador Carlos Chiarelli (PDS-RS).

— Eu não sei o que pediu o Senador Chiarelli — declarou o Ministro (o Senador insiste na tese de que o Governo deve se manifestar sobre as diretas sob pena de ver aprovada a emenda Dante de Oliveira).

O Chefe do Gabinete Civil não respondeu se o Governo prefere enviar sua emenda antes ou depois da votação da proposta do Deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT). "Por enquanto não estou autorizado a adiantar nada, porque o assunto está em fase de avaliação", disse o Ministro.

Sobre o desempenho do Congresso no período legislativo iniciado ontem, Leitão de Abreu manifestou-se "otimista". Ele não acredita que um impasse na questão das diretas prejudique esse desempenho.